

INVISÍVEIS URBANOS: A RELAÇÃO DA CIDADE E A COMUNIDADE LGBTQIA+

JUNIOR, Ivan Ferreira de Lima¹

¹Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

SAMPAIO, Rafael de Oliveira²

²Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

RESUMO

A exclusão ou marginalização de pessoas em espaços sejam esses espaços mais íntimos como os de caráter familiar, ou espaços voltados à trabalho ou a lazer (espaços públicos) tendo como enfoque e justificativa para essa exclusão somente a identidade de gênero ou orientação sexual do indivíduo ainda é um processo corriqueiro, um problema urbano que é reflexo de uma sociedade que não consegue atender e entender as diversas individualidades existentes acreditando numa homogeneização de indivíduos, ignorando toda forma de comportamento que se distancie do que é normativo. É papel de todos agentes transformadores da cidade pensar a mesma como sendo um espaço heterogêneo onde inúmeras identidades performam diariamente criando inúmeras relações sociais, que é necessário dar voz e espaço à quem está invisível ou excluído do contexto urbano dando início a transformações que possam reintegrar a todos sem distinção, criando novos olhares a essas pessoas marginalizadas pela sociedade.

Palavras chave: Cidade, Marginalização, LGBTQIA+, Direito.

Linha de Pesquisa:

ABSTRACT

The exclusion or marginalization of people in spaces, whether these spaces are more intimate, such as those of a family character, or spaces devoted to work or leisure (public spaces), with the focus and justification for this exclusion only on the individual's gender identity or sexual orientation it is a common process, an urban problem that is a reflection of a society that fails to meet and understand the various existing individuals, believing in a homogenization of individuals, ignoring any form of behavior that deviates from what is normative. It is the role of all transforming agents in the city to think of it as being a heterogeneous space where countless identities perform daily creating numerous social relationships, that it is necessary to give voice and space to those who are invisible or excluded from the urban context, initiating transformations that can reintegrate the city. all without distinction, creating new perspectives for these people marginalized by society.

Keywords: City, Marginalization, LGBTQIA+, Rights.

1. INTRODUÇÃO

Não se sentir pertencente a um local, além de ser uma ameaça aos direitos humanos de ir e vir, se configura numa forma de exclusão que muitos podem sofrer durante diversos momentos em sua vida, ainda mais quando órgãos públicos, amigos e família acabam ignorando a situação. É assim que uma chamada “minorias” da população brasileira, ou até mesmo em escala mundial, se sente ao revelar sua orientação sexual ou identidade de gênero, acaba sendo segregada de seu ambiente familiar e até mesmo das ruas.

As primeiras buscas pela conquista de espaços e direitos com caráter de ativismo dessa população marginalizada, a comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais e outros que se sintam incluídos mesmo sem a identidade expressa em sigla) são datadas no final da década de 40 com grupos de ideais semelhantes que, de forma escondida, se encontravam com intuito de criar uma nova imagem para a comunidade, uma imagem pública dita como aceitável. (FACCHINI; SIMÕES; 2008).

Alguns anos à frente temos na América do Norte, a batalha de Stonewall que foi um grande marco na história da comunidade, Stonewall Inn assim conhecido foi um dos principais espaços de luta e acolhimento para esse grupo, foi um bar que constantemente era invadido por policiais que acreditavam que era um local de atividades ilícitas. No dia 28 de junho de 1969 após uma invasão policial, Marsha P. Johnson, um grande nome da luta dos direitos LGBTQIA+, comandou uma rebelião contra a polícia, externalizando a luta para as ruas ganhando apoio popular e clamando por respeito à toda comunidade. (MILLS, 2018)

Já no Brasil, grupos ditos como de esquerda, agiam de forma clandestina durante o período da ditadura militar trazendo pautas do movimento negro, feminista e do movimento homossexual para debates. Os primeiros movimentos homossexuais no Brasil tinham como característica a tendência de serem mais politizados e menos voltados a socialização, como era o que ocorria, utilizando-se dos meios de comunicação disseminados em locais de frequência da comunidade, como bares e casas noturnas, locais ditos como lugares de resistência, onde eles estariam “protegidos” de qualquer forma de preconceito. (GREEN, 2000)

De acordo com Facchini e Simões (2008) a história do movimento homossexual no Brasil ocorreu em três fases, chamadas de ondas, sendo a primeira onda caracterizada por um período deturpado em meio a ditadura militar, com a união de movimentos sociais ditos como de esquerda, como o movimento negro, movimento feminista e o movimento homossexual que buscavam o rompimento da estruturação social, principalmente relacionada a gênero e sexualidade, tendo como representantes o Grupo Somos e o Lamião da Esquina. Nesse período foram também reivindicados a inclusão do termo “opção sexual” na constituição federal e a retirada da homossexualidade da lista de patologias, ressaltando que a terminologia “opção sexual” ainda era um termo utilizado pelos próprios integrantes do movimento.

A segunda onda, ainda seguindo o estudo de Facchini e Simões (2008), é marcada pela mobilização da comunidade com a epidemia do HIV e da Aids, o enfoque político-sexual perde força com a dissociação de grupos devido ao fim da ditadura (união por um inimigo em comum) e o debate sobre direitos civis e a não violência ganham força. Grupos marginalizados dentro da própria comunidade, como travestis e transexuais negras passaram a ser desvalorizadas e não vistas, visando criar uma imagem “higienizada” da comunidade ao interesse público para conquista de direitos. O termo Orientação Sexual, é reivindicado no local de “opção sexual” pois como cita Facchini (2011): “Não se trata de escolha individual racional e voluntária, mas não se trata também de uma determinação simples. ”

Facchini (2011) pontua como ponto central da terceira onda a entrada do movimento em políticas públicas, infelizmente essa introdução não foi por meio de políticas voltadas a cidadania e direitos mas sim pelo combate à Aids, onde novos grupos e entidades surgiram em apoio a causa, e nesse período ocorreu a segmentação dos sujeitos pertencentes ao movimento, ampliando a denominação que antes se utilizava homossexual como termo “guarda-chuva” e passa a adotar novas siglas, inserindo Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e a criação da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais) como órgão marca esse período na busca de políticas públicas ao combate a Aids, a discriminação e a violência, com as primeiras premissas da criminalização da homofobia e da união civil.

Com base nas referências, a partir desse momento seguimos aos dias atuais onde a luta segue por políticas públicas que garantam os direitos e a visibilidade da comunidade agora já considerada “positiva” como esperava-se nas primeiras ondas permitindo que veículos de mídia se utilizem de campanhas e de produtos para públicos dos mais diversos segmentos, onde a luta segue buscando cada vez mais construir uma sociedade que garanta direitos iguais a todos.

É perceptível que a luta pela conquista de espaços, de visibilidade é antiga e segue intensa nos dias atuais, tendo isso como base o trabalho pretende abordar a forma como a cidade omite a comunidade LGBTQIA+, principalmente aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade social e indicar meios de amenização desse processo.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi desenvolvido com base em revisão de literaturas sobre o tema, iniciando com um panorama histórico da comunidade LGBTQIA+ traçando seus principais marcos em escala mundial e nacional tendo como fundamento os estudos de Regina Facchini presentes no caderno temático do Conselho Regional de Psicologia “Histórico da luta de LGBT no Brasil” seguidos de considerações acerca da relação da cidade, sociedade e diversidade sexual presentes no livro “Políticas do Espaço” de José Miguel G. Cortés.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde períodos antigos como visto no histórico da comunidade LGBTQIA+, percebe-se que esta possui uma trajetória marcada por segregação e marginalização da sociedade, tendo em vista discriminação por ignorância ou discurso de ódio, excluindo muitas vezes essa população do contexto urbano das cidades, participando de forma marginalizadas sendo vistos com perversidade sexual.

A cidade, como cita Cortés (2008), reproduz a realidade de uma sociedade de determinada época estabelecida, sendo suas formas espaciais originadas pela

força humana que detém os interesses dos setores sociais predominantes, tendo como favorecimento um setor majoritário: homem heterocisnormativo, termo utilizado para nomear corpos que atendam a expectativa de um sujeito sendo homem, hétero, branco, cisgênero com determinadas características padrões. Temos como exemplo mais corriqueiro a presença de gigantescos arranha-céus como a Torre 30 St. Mary, de Norman Foster que demonstram através da verticalidade fálica e de seu formato bélico o poder masculino que ordena as relações do local.

Figura 01 – Torre 30 St. Mary – Norman Foster



Fonte: Arch Daily <<https://www.archdaily.com.br/br/930272/torre-30-st-mary-axe-foster-plus-partners>> Acessado 16/Out/2020.

Sendo que a organização da cidade é estabelecida por esse setor conforme desejos e uso do mesmo, negando toda diversidade local em quaisquer âmbitos urbanos e da arquitetura. Desse modo não há identificação desses corpos ditos “desviantes” nesse contexto espacial, pois não há um local para essa minoria. Esses corpos marginalizados, sem pertencimento e identidade urbana acabam sendo agredidos de inúmeras formas quando pensamos em ambiente urbano, a população LGBTQIA+ e seus segmentos que estão mais a margem como travestis são as que mais sofrem com a repressão causada por se desviarem do comportamento padrão pré-estabelecido nas cidades, temos como base dados da ANTRA (2020) (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) onde é exposto que o Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais no mundo, em sua maioria travestis que se encontram nas ruas durante o período noturno, o qual é o único horário ao qual a grande maioria se sente segura e consegue se sentir aceita em um espaço que a

agride somente por não atender ao comportamento esperado pelo sistema Heterocisnormativo urbano.

Como meios de amenização desse processo de exclusão, algumas medidas podem ser tomadas visando a afirmação de um espaço e a visibilidade da comunidade, iniciando-se através de segmentos mais frágeis que se encontram em situações de vulnerabilidade através da criação de centros sociais como a Casa 1, localizada em São Paulo. Esses centros sociais funcionam recebendo pessoas da comunidade, em diversas situações, atuando em sua autonomia, saúde física e mental e cultural, devendo ser implantados em locais que possuam infraestrutura urbana adequada onde seja aberto ao público e a vizinhança local pois assim acaba promovendo maior contato de diferentes pessoas com a pauta LGBTQIA+ fomentando compreensão sobre o tema e auxiliando, principalmente, em questões financeiras através de doações, e além de tudo, o espaço deve trazer uma segurança aos seus usuários de modo que haja a expansão da mesma sensação para a calçada, a rua e seu bairro. Acolher essa população é o passo inicial e fundamental para tornar possível a integração dessa comunidade na cidade. (CASA1, 2020)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade sendo um reflexo do poder majoritário acaba segregando e marginalizando corpos desviantes do padrão imposto pela sociedade, e a população LGBTQIA+ acaba sendo o segmento mais afetado pela sua situação de vulnerabilidade.

Ao pensar e produzir espaços na sociedade, é papel dos agentes da cidade levar em consideração os diversos contextos socioculturais para que os setores que vem sendo marginalizados, despossuídos de locais recebam a visibilidade para que não sejam corpos ausentes ou corpos invisíveis no contexto urbano, é necessário a busca de políticas públicas como direito à cidade para o amparo da comunidade LGBTQIA+ principalmente setores menos privilegiados e o principal é reeducar a população em geral sobre respeito a diversidades, pois a cidade apenas reflete o problema que já está impregnado na sociedade.

5. REFERÊNCIAS

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Assassinatos**. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 25 outubro.2020.

BANCADA DO PSOL NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS. **Direitos LGBTs: Conheça o que foi conquistado e lute por mais direitos!** Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: https://issuu.com/lucianagenro5/docs/cartilha_web-2. Acesso em: 20 maio. 2020.

CASA 1. **Como projetar uma casa de acolhida LGBT?** Blog da Casa 1. São Paulo, 08 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.casaum.org/artigo-como-projetar-uma-casa-de-acolhida-lgbt/>. Acesso em: 30 setembro.2020.

CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social**. São Paulo, Editoria Senac São Paulo, 2008.

D'EMILIO, John **Sexual Politics, Sexual Communities**. 2 Ed. Chicago, The University of Chicago Press, 1998, p. 231-232 (tradução do autor).

FACCHINI, Regina Silvia. **Histórico da luta de LGBT no Brasil**. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org.). Psicologia e diversidade sexual. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – São Paulo: CRPSP, 2011. (Caderno Temático 11). Disponível em: http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/caderno_tematico_11.pdf. Acesso em: 17 maio. 2020.

FACCHINI, Regina Silvia; SIMÕES, Júlio Assis. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2009.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

KINSEY, Alfred *et al.* **O comportamento sexual do homem**. Lisboa, Meridiana, 1972.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

MILLS, Laura. **Marsha P. Johnson, de Stonewall ao fundo do rio Holland**. 2018. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2018/09/20/a-historia-de-marsha-p-johnson-de-stonewall-ao-fundo-do-rio-holland/>. Acesso em 15 maio.2020.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, G. L. **O Corpo Educado**. 2 Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000. cap. 2, p. 35-83.